



Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XIX Curso de Especialização em Relações Internacionais

A política externa brasileira na Presidência da República de Michel
Temer: a influência da crise política interna no primeiro ano e seis meses
de governo

Luciana Amaral Teixeira Alves

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Brasília - DF

2018

Resumo

A mudança de governo em um país democrático implica em eventuais modificações na condução política exercida pelo grupo mandatário anterior. É natural que cada gestão busque imprimir seu perfil aos atos deliberados e ajustar posicionamentos. O artigo descreve os principais pontos da política externa do governo do presidente da República, Michel Temer (PMDB), e pretende apontar se, e como, esta foi influenciada pela crise política interna no Brasil, agravada com o impeachment de sua antecessora, Dilma Rousseff (PT). Para tanto, se delimita o período do primeiro um ano e seis meses do governo Temer – desde a interinidade até a rejeição pela Câmara dos Deputados da segunda denúncia contra ele apresentada pela Procuradoria-Geral da República. Faz-se uso de literatura especializada em teorias das Relações Internacionais e política externa brasileira, além de dados oficiais do governo federal e reportagens publicadas na mídia sobre o assunto nos últimos meses. As informações são analisadas sob o contexto da crise política citada. A autora conclui que a política externa foi parcialmente prejudicada no mandato de Temer devido à falta de legitimidade deste perante parte da população brasileira, aos sucessivos novos fatos que alimentaram a crise política, à característica de ser um governo de transição e à recessão econômica.

Palavras-chave: política externa; crise política; Michel Temer.

Abstract

A government transition in a democratic country inexorably implies changes in politics conducted by the previous leading group. It is only natural that each administration seeks to establish its manner onto acts and to adjust policy standpoints. This article describes the main guidelines of the Brazilian president Michel Temer (PMDB) government's foreign policy, and aims to discover if, and how, it was influenced by the internal political crisis in Brazil, intensified by his predecessor Dilma Rousseff's (PT) impeachment. Therefore, the period delimited is the first year and six months of Temer's government – from the interim administration up to the Chamber of Deputies' refusal of the second corruption charge presented by the Attorney General's Office. Specialized literature in theories of International Relations and Brazilian foreign policy in addition to official data from the federal government and texts published in the media on the subject in recent months are used. All information is interpreted and

analysed under the context of the political crisis described. The author concludes that the foreign policy was partially impaired in Temer's mandate due to the lack of legitimacy perception by the entire Brazilian population, the continuous new facts nourishing the political crisis, the fact of being a temporary government and the inherited economic recession.

Keywords: foreign policy; political crisis; Michel Temer.

Introdução

A política externa brasileira se constitui em programas permanentes como o respeito à independência dos Estados, aos tratados internacionais, à inviolabilidade das fronteiras e a busca pela solução pacífica de controvérsias. No entanto, toda transição entre governos implica na revisão de práticas em maior e menor grau, e este fato deve ser visto como uma ação natural em países democráticos. Como as questões serão conduzidas ficará a cargo de cada gestão. As flutuações na política e na economia também acabam por se refletir na política externa brasileira, em suas ambições e possibilidades.

Para fins de análise no presente texto, tomar-se-á, como delimitação temática, a política externa brasileira durante o primeiro ano e seis meses de governo do presidente da República, Michel Temer (PMDB)¹. Mais especificamente, pretende-se avaliar se a política externa foi influenciada pela crise política interna no Brasil nesse período e, em caso positivo, como.

O tema estudado se faz necessário, pois é preciso entender o caminho da política externa da gestão de Michel Temer e como esta tem sido conduzida e influenciada pela crise política que atinge nomes fortes do governo, com destaque para o próprio presidente. O tema escolhido se torna ainda mais importante posto que é atual e artigos com essa abordagem ainda são escassos na literatura brasileira. Embora não em abundância, entrevistas, reportagens e artigos opinativos de nomes prestigiados na área de Relações Internacionais, como os embaixadores Rubens Barbosa e Rubens Ricupero, já foram publicados, mas permanece uma ausência de textos acadêmicos sobre o assunto. Dessa forma, a presente análise poderá contribuir para a discussão da crise e seu impacto na política externa brasileira no governo Temer dentro da Academia.

Para o desenvolvimento do tema, se fará uso de teorias das Relações Internacionais, literatura especializada na política externa brasileira, informações do governo brasileiro e reportagens publicadas na imprensa ao longo dos últimos meses. Estas são especialmente importantes posto que contam os fatos históricos recentes

¹ Até a conclusão e entrega deste artigo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não havia aprovado a mudança do nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Portanto, utiliza-se no texto a denominação vigente na Corte eleitoral.

retratados de forma objetiva e mostram os bastidores de decisões tomadas pelo governo.

Inicialmente, o leitor entenderá como a política externa está associada à conjuntura interna de um país. Em seguida, entenderá qual foi a crise política interna e qual a política externa exercida pelo Ministério das Relações Exteriores ao longo do governo Temer. Serão citados e apontados dados e informações fornecidas pela bibliografia consultada e se fará um resumo dos fatos. Em seguida, a partir do descrito, o objeto de estudo – de que forma a política externa foi influenciada pela crise interna – será analisado. Com as descrições feitas será possível fazer uma avaliação, pois se julgará a combinação do comportamento de ambas as partes.

A política externa será estudada no nível de análise do Estado-nação. Ou seja, com o exame da relação entre o aparelho de Estado e a sociedade doméstica brasileira levando em conta o tipo de governo existente no Brasil. No caso, uma República Federativa democrática com três Poderes independentes e modelo de eleições diretas.

Considera-se como o primeiro ano e seis meses do governo Michel Temer o tempo decorrido entre 12 de maio de 2016 e 25 de outubro de 2017. A definição foi feita pela necessidade de uma delimitação acadêmica do tema em estudo e por questões históricas. A antecessora de Temer, a ex-presidente da República Dilma Rousseff (PT), foi afastada do cargo provisoriamente em 12 de maio de 2016 em decorrência da abertura de um processo de impeachment contra ela por crime de responsabilidade fiscal. Temer, então vice-presidente, assumiu o posto interinamente. Em 31 de agosto de 2016, com a aprovação do impeachment no Senado Federal e o afastamento definitivo de Dilma, o peemedebista assumiu a Presidência de forma efetiva.

O escopo da análise deste texto vai até 25 de outubro de 2017, porque esta foi a data em que a Câmara dos Deputados rejeitou enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a segunda denúncia contra Michel Temer apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) – a peça denunciava o presidente pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça; a primeira denúncia, em junho, o acusava de corrupção passiva. Se algum dos dois processos fosse instalado, Temer teria de se afastar da Presidência por até 180 dias. No entanto, como foram rejeitados, ele terá de responder às ações na Justiça apenas após o fim do mandato, em 31 de dezembro de

2018. O presidente continua sendo investigado por supostos benefícios a empresas do setor portuário com atuação em Santos, em São Paulo, em troca de propina.

Antes mesmo de se falar em um eventual impeachment da ex-presidente e na ascensão de Temer ao Palácio do Planalto, sede do Executivo federal em Brasília, o Brasil já vivia momentos turbulentos na política. O que começou como protestos de um grupo pela gratuidade do transporte público em São Paulo em junho de 2013 tornou-se uma onda de manifestações de grandes proporções em cidades brasileiras por motivos variados, com destaque ao combate à corrupção. As manifestações continuaram ao decorrer da operação Lava Jato, especialmente quando esta começou a investigar de forma direta o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), padrinho político de Dilma, e ao decorrer do processo de impeachment no Congresso Nacional.

A crise política interna – verbalizada ao menos nas redes sociais e na estrutura político-partidária, se não tanto nas ruas – foi agravada com a saída de Dilma do poder e continuada durante o início do mandato efetivo de Temer tanto pelo questionamento da legitimidade deste quanto pela apresentação de duas denúncias contra ele por parte da PGR devido a supostos atos de corrupção.

O governo de Michel Temer não goza de apoio popular. Em julho de 2017, pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) revelou que a gestão do peemedebista contava com 5% de aprovação. O índice se igualou ao menor já registrado para um presidente da República desde 1989, quando o ex-presidente José Sarney (PMDB) governava em meio à crise da hiperinflação.

A pesquisa de popularidade mais recente do peemedebista até a publicação deste artigo – Instituto MDA encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) realizada em 28 de fevereiro e 3 de março de 2018 – revela que a gestão Temer é ruim ou péssima na avaliação de 73,3% da população brasileira. Somente 4,3% dos entrevistados consideraram o governo bom ou ótimo e 20,3% o enxergaram como regular.

Algumas causas que podem ser apontadas para esse descontentamento são o suposto envolvimento de Temer e de seu núcleo-duro – ministros e auxiliares mais próximos – em crimes de corrupção, agravado com a revelação das delações premiadas de executivos e ex-executivos do grupo J&F junto ao Ministério Público Federal e que deram origem às denúncias da PGR; a crise econômica; a proposição de reformas

impopulares, como a da Previdência e a trabalhista – esta última aprovada; e o relativo desconhecimento da população quanto à figura de Temer antes de virar presidente.

Além de Temer ser investigado em supostos esquemas de corrupção e ter se tornado o primeiro presidente brasileiro a ser denunciado no exercício do mandato, tanto o atual ministro das Relações Exteriores quanto seu antecessor são alvos da Justiça. Ambos negam quaisquer irregularidades.

O atual ministro Aloysio Nunes (PSDB) teria pedido para empreiteiras contribuições à campanha ao Senado em 2010 e recebido R\$ 500 mil por meio de caixa dois. Em troca, suspeita-se que tenha atuado pelos interesses das empresas enquanto chefe da Casa Civil do governo de São Paulo (Folha de São Paulo, 2017a).

O ex-titular da pasta no governo Temer, senador José Serra (PSDB), é suspeito de ter recebido dinheiro de propina para abastecer campanhas eleitorais entre 2002 e 2012. Um inquérito na operação Lava Jato por suposta prática de caixa dois contra ele foi arquivado em 8 de março de 2018 (Affonso, Vassallo e Macedo, 2018), mas ainda pesam em desfavor do político depoimentos de delatores da Odebrecht e outras empreiteiras. Os executivos dos grupos afirmam terem feito pagamentos irregulares em troca de benefícios na obra do Rodoanel paulistano (Folha de São Paulo, 2017a).

Não se pretende aqui fazer uma revisão completa dos acontecimentos políticos ocorridos nos últimos anos nem de seus desdobramentos. Seria impossível fazê-lo por conta da complexidade do assunto e do espaço disponível, e este não é o objetivo do trabalho. A breve explicação é dada para que o leitor tenha um panorama do histórico recente e se situe sobre a condição política do primeiro ano e seis meses do governo Michel Temer.

Política externa e conjuntura do país

Para se entender a política externa de um país praticada em determinado período, não se pode desassociá-la da conjuntura interna do mesmo. O cientista político norte-americano Robert Putnam (2010) defende o entrelaçamento entre a política interna e a diplomacia nas negociações internacionais e, considerando ambas, formulou a Teoria dos Jogos de Dois Níveis.

O grau de conexão entre o governo e os atores da sociedade doméstica pode fazer com que o primeiro consiga mobilizar e extrair recursos do segundo, mas também atrapalhar as intenções um do outro. Putnam acredita que as perguntas a serem feitas são “quando” e “como” são influenciados mutuamente.

Uma concepção mais adequada dos determinantes domésticos da política externa e das relações internacionais deve enfatizar a luta política: os partidos, as classes sociais, os grupos de interesse (tanto econômicos quanto não-econômicos), os legisladores e mesmo a opinião pública e as eleições – e não apenas os funcionários do poder Executivo e os arranjos institucionais. [...] A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. (Putnam, 2010)

O historiador francês Pierre Renouvin (1994), responsável por inaugurar a história das relações internacionais ao utilizar teoria com base empírica sem abrir mão de exposições práticas de fenômenos, dava essencial importância aos diferentes aspectos da vida da sociedade nas escolhas dos governantes. Ele as denominou de “forças profundas”. Discípulo de Renouvin, o também historiador francês Jean-Baptiste Duroselle deu continuidade aos estudos da influência dessas forças na formulação da política externa e suas circunstâncias.

Para a análise histórica das relações internacionais, Duroselle (1981) ressalta a necessidade de se compreender e interpretar os acontecimentos. Para tanto, afirma haver os sistemas de causalidade e de finalidade. Ambos convergem para explicar o objeto estudado quando fatos de natureza econômica, demográfica, geográfica, cultural ou psicológica se relacionam aos desígnios que o Estado pretende alcançar na política externa.

Nesse sentido, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2012) resumiram a importância da análise das decisões do Estado em seu contexto histórico como elemento fundamental do método de pesquisa.

Com efeito, é no processo decisório que se digere a causalidade histórica, direcionam-se as energias para metas concretas, de acordo com um sistema

de cálculo, comumente chamado de estratégia, que pondera meios, fins e riscos. A complexidade do movimento das relações internacionais, que cruza variáveis tão diversas, cresce ainda mais quando se parte do princípio segundo o qual não há evidências científicas, a não ser aquelas que vierem à luz pela via da demonstração, que no caso histórico significa a confrontação das hipóteses de trabalho com os dados de informações documental. (Cervo e Bueno, 2012)

O internacionalista José Flávio Sombra Saraiva (2008) ressalta que a história provê “sentido, movimento e racionalidade ao presente” e ajuda a dominar futuros acontecimentos. Com a globalização, a terceira revolução industrial e a era do conhecimento online acessível para boa parte da população mundial, as relações internacionais são “vivas por todos, mediante contatos que se ampliaram e imagens que penetram os lares pelos diferentes meios de comunicação”, não mais tratadas somente por reis, diplomatas e homens de negócio. Dessa forma, expande-se a pressão e a interação entre sociedade doméstica e governo em busca de políticas que lhes satisfaçam.

Em outras palavras, a diplomacia, segundo o embaixador Rubens Ricupero (2017), não está isolada dos fatores políticos, sociais, econômicos e demográficos. Na verdade, é condicionada por eles e, a partir dos mesmos, ganha sentido.

Política externa do governo Temer

A Constituição Federal delega privativamente ao presidente da República a responsabilidade pela condução da política externa do Brasil. A competência para os atos pode ser delegada a outros agentes e pessoas da União, como o ministro das Relações Exteriores ou chefes de missões diplomáticas. Dependendo da natureza do ato, precisa da aprovação do Parlamento.

Salvo declaração formal em contrário, são os chefes de Estado (também chamados de soberanos) os responsáveis pela mais alta direção dos negócios públicos nacionais, assim como pela dinâmica das relações internacionais dos Estados que representam. São eles a autoridade suprema do Estado no que tange à representação geral dos negócios exteriores de seu país, sendo os seus atos internacionalmente praticados considerados atos do próprio Estado no cenário internacional. (Mazzuoli, 2016)

O presidente da República, Michel Temer, ao assumir, mesmo que de forma interina, imediatamente anunciou a composição de seus ministérios, tendo escolhido o

senador José Serra para a pasta das Relações Exteriores. Embora não fosse uma atitude inédita na história do Itamaraty e Serra estivesse fortemente envolvido com as relações exteriores brasileiras, o peemedebista quebrou uma tradição exercida desde 1993 ao escolher um político, e não um diplomata de carreira, para o cargo. Serra pediu exoneração em fevereiro de 2017 alegando problemas de saúde e foi substituído pelo também senador tucano Aloysio Nunes, ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

A fim de dar maior agilidade a negociações e evitar sobreposições de trabalho, o Planalto transferiu a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), então vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para o Itamaraty. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) também chegou a ser transferida para os diplomatas, mas depois foi devolvida à pasta da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Segundo diplomatas ouvidos pela autora, houve uma revalorização do Itamaraty no mandato de Temer, pois este deu maior liberdade ao ministério para a execução da política externa junto aos assessores especiais da área internacional no Palácio do Planalto como conselheiros.

De acordo com dados informados pelo Ministério do Planejamento, dívidas do Brasil perante organismos internacionais e bancos multilaterais dos quais faz parte também vêm sendo quitadas com maior agilidade. Em 2015, foram pagos R\$ 766 milhões. Em 2016, ano em que Temer ascendeu à Presidência, foram pagos R\$ 3 bilhões. Em 2017, R\$ 1 bilhão e, em 2018, R\$ 36 milhões até 16 de março.

A dívida do Brasil para com esses organismos atualmente está em cerca de R\$ 1,8 bilhão. Esses compromissos englobam apenas exercícios anteriores a 2018, uma vez que os referentes ao ano corrente ainda não se encontram vencidos nem com as faturas fechadas. O valor disponibilizado para o Planejamento para pagamentos financeiros deste tipo até o final de 2018 é de R\$ 1,5 bilhão. Alterações, para mais ou para menos, poderão ocorrer ao longo do ano.

Em relação ao orçamento do ministério, não é possível afirmar que houve um acréscimo no governo Temer. Dados do sistema Siga Brasil, do Senado Federal, apontam que os montantes efetivamente pagos à pasta se mantiveram estáveis nos últimos cinco anos, com aumento de repasse mais expressivo de 2014 para 2015.



Na política externa, o governo Michel Temer prega a ideia de “pés no chão” e a volta dos pilares originais da diplomacia brasileira, universalista e sem influência de ideologias nas ações tomadas. Em discurso de posse, em maio de 2016, quando ainda no governo interino, Serra afirmou que se faria uma “nova política externa brasileira” e apresentou dez diretrizes, algumas com fortes críticas indiretas aos governos anteriores do PT. Segue transcrição resumida delas:

1. A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor. [...]
2. Estaremos atentos à defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos em qualquer país, em qualquer regime político, em consonância com as obrigações assumidas em tratados internacionais e também em respeito ao princípio de não-ingerência.
3. O Brasil assumirá a especial responsabilidade que lhe cabe em matéria ambiental, como detentor na Amazônia da maior floresta tropical do mundo, de uma das principais reservas de água doce e de biodiversidade do planeta, assim como de matriz energética limpa e renovável [...]
4. Na Organização das Nações Unidas (ONU) e em todos os foros globais e regionais a que pertence, o governo brasileiro desenvolverá ação construtiva em favor de soluções pacíficas e negociadas para os conflitos

internacionais e de uma adequação de suas estruturas às novas realidades e desafios internacionais. [...]

5. O Brasil não mais restringirá sua liberdade e latitude de iniciativa por uma adesão exclusiva e paralisadora aos esforços multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), como aconteceu desde a década passada, em detrimento dos interesses do país. [...] Quase todo mundo investiu nessa multiplicação, menos nós. Precisamos e vamos vencer esse atraso e recuperar oportunidades perdidas.
6. Por isso mesmo, daremos início, [...] a um acelerado processo de negociações comerciais, para abrir mercados para as nossas exportações e criar empregos para os nossos trabalhadores, utilizando pragmaticamente a vantagem do acesso ao nosso grande mercado interno como instrumento de obtenção de concessões negociadas na base da reciprocidade equilibrada. [...]
7. Um dos principais focos de nossa ação diplomática em curto prazo será a parceria com a Argentina [...] Junto com os demais parceiros, precisamos renovar o Mercosul, para corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar [...].
8. Vamos ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão. A troca de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia será o ponto de partida para avançar na conclusão de um acordo comercial que promova maior expansão de comércio e de investimentos recíprocos, sem prejuízo aos legítimos interesses de diversos setores produtivos brasileiros. [...]
9. Será prioritária a relação com parceiros novos na Ásia, em particular a China, este grande fenômeno econômico do século XXI, e a Índia. Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. [...] Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos. [...] Vamos também aproveitar as oportunidades oferecidas pelos foros inter-regionais com outros países em desenvolvimento, como por exemplo os Brics, para acelerar intercâmbios comerciais, investimentos e compartilhamento de experiências. [...]
10. Nas políticas de comércio exterior, o governo terá sempre presente a advertência que vem da boa análise econômica, apoiada em ampla e sólida consulta com os setores produtivos. [...] (Serra, 2016)

Além dos pontos citados, o governo Temer tem dado atenção especial à necessidade de integração regional quanto à segurança. Após crise penitenciária no Brasil em janeiro de 2017, o governo anunciou o Plano Nacional de Segurança que inclui reuniões dos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores com representantes de países vizinhos com o objetivo de coibir o tráfico de armas e drogas, que sustentam facções criminosas.

Por causa da repercussão negativa na mídia de crimes no Rio de Janeiro, em especial no carnaval passado, e de sucessivos acontecimentos que colocaram em xeque a capacidade de o Estado brasileiro manter a integridade dos cidadãos – a oposição

também alega motivos eleitoreiros –, Temer decretou intervenção federal no Rio e criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública em fevereiro de 2018. A pasta deve continuar a trabalhar junto aos governos sul-americanos em combate ao crime organizado, mas, até a conclusão deste artigo, resultados concretos na área ainda não haviam sido divulgados pelo governo.

Aloysio Nunes manteve as diretrizes ao assumir o Ministério das Relações Exteriores em março de 2017 e reforçou os compromissos firmados ao longo do comando do antecessor. O novo chanceler citou a “inseparabilidade entre política externa e política interna” em discurso quando da transmissão de cargo – antes de quaisquer denúncias contra Temer pela PGR.

Cada vez mais está presente na consciência dos cidadãos brasileiros a ideia da inseparabilidade entre política externa e política interna. Sempre foi assim. Sem me alongar sobre o tema, permito-me uma lembrança da nossa história e recorro a dois autores que, entre outros, assinalaram claramente essa conexão, Synésio Sampaio Góis e Gabriela Nunes Ferreira. A definição do “corpo da Pátria”, o que ele contém, quais os seus limites, onde ele termina e onde começa o dos seus vizinhos, essa definição que garantiu foros de legitimidade à ação multissecular de bandeirantes, religiosos, soldados e povoadores foi obra de diplomatas e dos condutores da nossa política externa. Uma ação levada a cabo com energia e paciência, e que foi inseparável da própria consolidação do Estado Nacional. Os setores mais informados da opinião, no início da República, compreendiam bem a conexão entre esses dois processos: é o que explica, penso eu, em grande parte, a imensa popularidade de que desfrutou o Barão do Rio Branco. (Nunes, 2017)

Na prática, a atuação do Itamaraty no governo Michel Temer tem consistido na abertura de mercado e na busca de investimentos estrangeiros; no fortalecimento do Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul; na revalorização dos acordos comerciais do Mercosul (Mercado Comum do Sul) – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – com outros blocos, em especial a União Europeia, e países; e na retomada de uma relação mais próxima com países sul-americanos, com destaque para a Argentina e com exceção da Venezuela. É importante destacar que o conceito de América do Sul – e não o conceito de América Latina – foi o que sempre pautou, objetivamente, a política externa do Brasil e essa visão está sendo mantida.

Negociações comerciais são parte intrínseca da política externa de um país. Em viagens ao exterior e até mesmo dentro do Brasil, Temer sempre buscou se reunir com empresários, ressaltar a recuperação econômica brasileira e divulgar as reformas

propostas por seu governo (Moreira, 2017). Em um mundo que tem sido marcado por medidas protecionistas nos últimos anos, com destaque para os Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump, Temer (2017) apresenta o Brasil como uma economia aberta. A atitude busca tirar o país da crise financeira e segue a linha de pensamento liberal do governo do peemedebista.

Embora não se possa diminuir o esforço de Temer em transmitir a mensagem de um país mais aberto economicamente e a importância de reuniões obtidas com investidores em potencial em diversos momentos, nem sempre se teve plateia à altura. Em janeiro de 2018, Temer foi o primeiro líder brasileiro a ir ao Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, nos últimos quatro anos. Porém, ele discursou para um auditório esvaziado, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo (Frias e Coelho, 2018), a ponto de a organização do evento colocar biombos no local para esconder fileiras vazias. Ainda de acordo com a matéria, a plateia era “em boa parte composta por brasileiros e de [sic] chineses que aguardavam o evento seguinte, sobre seu país”. Na véspera, afirma, palestra do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, lotou o espaço e chegou a ter fila de espera.

A busca por investimentos estrangeiros no governo do peemedebista não se restringiu à diplomacia ou ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Ela passou a ser central também no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), vinculado à Secretaria-Geral da Presidência. O PPI tem como foco desestatizações e a melhoria da infraestrutura. Para tanto, faz uso de concessões e privatizações estimulando a participação da iniciativa privada, em grande parte de fora do país.

Um destaque da política externa de Temer é o pedido de entrada formal do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE), feito em maio de 2017. As vantagens do ato são a atração de mais investimentos, demonstração de transparência e inserção na discussão de políticas públicas. Por outro lado, o Brasil pode vir a perder o protagonismo na representação dos países em desenvolvimento e terá de dispender mais parte do orçamento para se manter no grupo. Alguns países latino-americanos que já fazem parte da OCDE são Chile e México. Colômbia e Costa Rica estão em processo de adesão enquanto que a Argentina se junta à organização por meio de um plano ativo de medidas e metas.

Durante a campanha em mostrar um Brasil de economia mais robusta, o governo teve de lidar com um episódio que quase abalou um dos mais importantes setores de exportação: a agropecuária. Deflagrada em março de 2017, a operação Carne Fraca investigou um esquema de corrupção na fiscalização de frigoríficos. Diante das denúncias, Estados Unidos, União Europeia, China, Coreia do Sul e Chile suspenderam temporariamente a importação de carne brasileira. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, proibiu, de forma preventiva, a exportação de produtos dos 21 frigoríficos investigados à época.

Ao mesmo tempo em que tentava minimizar os resultados da Carne Fraca, em pleno domingo, Temer chamou embaixadores estrangeiros para jantar em uma churrascaria de Brasília a fim de acalmá-los e colocá-los a par das ações do governo. Maggi, um dos maiores agropecuaristas do país, foi de extrema importância para reverter a situação ao longo do tempo viajando para os países consumidores da carne brasileira e negociando a liberação da proteína animal por meio de seu *know how* do setor. Vale dizer que a operação Carne Fraca teve continuidade com outras fases, mas nenhuma voltou a ameaçar de forma enérgica as exportações.

O presidente Michel Temer participou de todas as cúpulas promovidas pelo Brics e adotou como trajetória o fortalecimento do bloco. À China e à Rússia – que o Palácio do Planalto chamou erroneamente de República Socialista Federativa Soviética da Rússia, extinta em 1991 junto à União Soviética, em agenda oficial do presidente –, Temer realizou também visitas oficiais de Estados para o aprofundamento da relação entre os países e a promoção de oportunidades no mercado interno brasileiro.

Em uma das cúpulas do Brics, em Goa, na Índia, pouco mais de um mês após Temer se tornar presidente efetivo, porém, o presidente russo, Vladimir Putin, manteve encontros bilaterais com todos os chefes de Estado e de governo do grupo, menos com o brasileiro. De acordo com reportagem do jornal O Estado de São Paulo (Netto, 2016) que menciona canal da imprensa russa, a falta de convite a Temer foi proposital para não se aproximar dele após a “mudança brusca” na Presidência com o impeachment de Dilma Rousseff até entender quais seriam os rumos políticos do Brasil. Enquanto isso, diz a matéria, Temer teria tentado valorizar as conversas com Putin à imprensa

brasileira no evento e admitido que uma das intenções das viagens internacionais era revelar “a plenitude da estabilidade institucional em nosso país”.

A política externa instituída pelo Itamaraty no governo Temer busca revalorizar os acordos comerciais com outros blocos e países. A ideia do Planalto, como disse o ex-ministro José Serra, é “retomar a vocação original” do Mercosul baseado no livre comércio, na convergência regulatória, na democracia e nos direitos humanos.

Além de maior integração entre os membros do Mercosul, o Brasil estimulou a aproximação das relações comerciais do bloco com União Europeia, Aliança do Pacífico – Chile, Colômbia, México e Peru –, Canadá, Coreia do Sul e Japão. Durante o segundo semestre de 2017, o Brasil exerceu a presidência *pro tempore* do bloco.

Embora seja discutido há quase duas décadas, o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia está próximo de ser selado, segundo relatos de autoridades à imprensa nos últimos meses. Na posse do presidente eleito do Chile, Sebastián Piñera, em março de 2018, Temer afirmou ter “alguns pequenos pontos para ainda resolver”, mas “talvez fechemos em definitivo o acordo” (G1, 2018). Em novembro de 2017, em declaração no Palácio do Planalto com o vice-presidente da Comissão Europeia para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, Aloysio Nunes declarou que havia possibilidade de o acordo sair ainda naquele ano (Paraguassu, 2017a). A relação do Mercosul e do Brasil com a Venezuela será descrita mais à frente.

No âmbito da integração regional, há uma busca pela volta do protagonismo brasileiro, mesmo que discreto, na América do Sul e no descongelamento da relação com a Argentina. Michel Temer fez sua primeira viagem no continente para o país. Entre os pontos discutidos pelos governos estiveram entraves comerciais, como o tempo para emissão de licenças não automáticas de exportação de produtos brasileiros para o país vizinho, as barreiras fitossanitárias impostas para a prevenção de contaminações biológicas e químicas, a participação de empresas brasileiras em licitações do governo argentino – e vice-versa –, a hidrovía Paraná-Paraguai e a parceria nuclear entre o Brasil e a Argentina para fins pacíficos. O alinhamento político de Temer com Macri de tendência à liberalização econômica, por exemplo, pode ser

visto como uma oportunidade para a intensificação das negociações entre os dois países.

Os encontros presidenciais na região não se limitaram à Argentina. Temer viajou para reunião com o mandatário do Paraguai, Horacio Cartes, e recebeu no Palácio do Planalto, além Macri e Cartes, os presidentes da Bolívia, Evo Morales – que havia condenado o impeachment de Dilma –, da Colômbia, Juan Manuel Santos, e da Guiana, David Granger. Outros foram a Brasília para cúpula do Mercosul em dezembro de 2017.

Uma clara mudança de posicionamento da gestão Temer quanto às petistas está nas críticas ao governo venezuelano de Nicolás Maduro. Junto ao chamado Grupo de Lima – formado por Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru –, o Itamaraty condenou desrespeitos aos direitos humanos na Venezuela e não reconheceu a Assembleia Nacional Constituinte convocada por Maduro, entre outros atos (Grupo de Lima, 2017). Deve-se registrar que o país vizinho foi suspenso do Mercosul com a vontade explícita do Brasil por, na avaliação do Itamaraty, não ter seguido todos os acordos de adesão e pela “ruptura da ordem democrática” (G1, 2017). Em encontro de chanceleres do Mercosul em São Paulo em agosto de 2017, Aloysio Nunes declarou que “Maduro precisa parar de torturar o seu povo” (Hermida, 2017).

De acordo com o Itamaraty, Nicolás Maduro foi consultado sobre a possibilidade de o Mercosul, então sob a batuta do Brasil, intermediar o diálogo entre ele e a oposição naquele país. No entanto, Maduro teria recusado a oferta. Na tentativa de se posicionar como líder, o Brasil acabou por criar um impedimento nas mediações e, no final de setembro de 2017, Aloysio Nunes afirmou que o país não poderia mais servir como intermediador por “ter um lado muito definido” (Fleck, 2017a).

Por meio do acolhimento de pessoas vistas como opositoras pelo atual governo venezuelano, como a procuradora-geral destituída pela Assembleia Constituinte, Luisa Ortega Diaz, que deixou o país de forma clandestina, o Brasil pôde aproveitar para se firmar como defensor da democracia e da livre expressão. Por outro lado, Nicolás Maduro classificou o impeachment de Dilma como “golpe de Estado parlamentar”, “uma injustiça” contra a ex-presidente e “uma canalhice contra sua honra e contra a democracia”.

Um sintoma agudo dessa discórdia é o fato de a Venezuela não ter um embaixador no Brasil. Duas semanas após o afastamento de Dilma da Presidência, o diplomata indicado por Maduro, Alberto Castellar, foi convidado a entregar a Temer as chamadas cartas credenciais. No entanto, ele alegou problemas de saúde quando na verdade estava na Venezuela em sinal de reprovação ao governo interno. Castellar chegou a ser convidado uma segunda vez para ir ao Planalto, mas não compareceu por não ter retornado ao Brasil (Paraguassu, 2016). Posteriormente, a nomeação de Castellar pelo governo venezuelano foi retirada e, dessa forma, o Planalto agora aguarda um posicionamento do país vizinho quanto ao seu futuro representante em Brasília. No final do ano passado, o governo de Maduro declarou o então embaixador brasileiro em Caracas, Ruy Pereira, *persona non grata*. Na prática, a determinação significa a expulsão da pessoa do país em até 72 horas. O Brasil então adotou medida recíproca correspondente (Campos Mello, 2017a).

Em entrevista à Rádio Guaíba em fevereiro de 2018, o presidente brasileiro reconheceu haver um “embate, digamos assim, diplomático”, deixou clara a discordância quanto ao regime de Nicolás Maduro e culpou o governo chavista pelos refugiados que intensificaram a migração ao Brasil por meio de Roraima. De acordo com um diplomata à autora deste artigo, sob a condição de anonimato para evitar represálias, não há perspectiva nem vontade de a situação ser resolvida no mandato de Temer por ambos os países.

Embora tenha externado as divergências publicamente em diferentes ocasiões, não se pode dizer que o Brasil se tornou o protagonista das críticas a Maduro. Na semana anterior à entrevista, os presidentes argentino e colombiano, Mauricio Macri e Juan Manuel Santos, receberam o secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson, para tratar da crise na Venezuela, entre outros assuntos. O mesmo já tinha acontecido em agosto de 2017 ao serem visitados pelo vice-presidente norte-americano, Mike Pence. Este último, em declaração à imprensa após reunião com Macri, disse que os Estados Unidos enxergam a "Argentina como liderança regional e global" e se esforçam para a entrada definitiva do país na OCDE (Colombo, 2017). Nenhum dos norte-americanos esteve no Brasil nas passagens pela América Latina, mas incluíram ainda Chile, Panamá, México e Peru no roteiro.

Incertezas internas e repercussões diplomáticas

Ao se analisar a gestão de Michel Temer, é preciso ter em conta que se trata de um governo de transição. Portanto, não possui os quatro anos regulares para desenvolver planos e ações nem possui um programa de governo próprio – o utilizado por Temer baseia-se em diretrizes do documento “Uma ponte para o futuro” formulado pelo PMDB. Além disso, Temer ascendeu à Presidência sem o apoio de parte da população que não concorda com o impeachment de Dilma Rousseff. Ou seja, não concorda com a legitimidade de Temer no comando do Palácio do Planalto. A divisão da sociedade brasileira se reflete na baixa popularidade do peemedebista citada na introdução deste artigo.

Embora o impeachment tenha seguido todos os ritos processuais e constitucionais, opositoristas alegam que a justificativa de crime de responsabilidade fiscal não encontra parâmetro na realidade. Os contrários à deposição de Dilma afirmam que o impeachment teve motivações políticas articuladas tanto pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), hoje preso pela operação Lava Jato, quanto pelos aliados de Temer no Congresso Nacional.

Como exposto anteriormente, a condução da política externa brasileira fica a cargo do presidente da República, de acordo com a Constituição. Assim, é possível dizer que a diplomacia estará intrinsecamente ligada ao interesse, às ambições e à personalidade de quem estiver no cargo.

O embaixador Sérgio Danese (2017) afirma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, logo no início de seu primeiro mandato, em 1995, “colocou a diplomacia presidencial, na vertente das visitas oficiais, no foco das atenções da mídia, da opinião pública, do Congresso e dos meios acadêmicos”. Na avaliação de Danese, o impacto em comparação aos governos anteriores foi tanto que se teve a impressão de que a diplomacia presidencial estava sendo criada naquele momento.

O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva a intensificou ainda mais, mas, sua sucessora, Dilma Rousseff, acabou por encolhê-la, segundo o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Antônio Carlos Lessa (2017). Os motivos vão desde circunstâncias internacionais não tão propícias, desinteresse,

ausência de carisma à falta de compreensão sobre o tratamento devido à política externa, diz.

A medida mais intensa de desinteresse da presidenta veio na imposição de um bizarro enfraquecimento do Itamaraty, o qual operou em um limbo político muito curioso e inédito. Em que pese o fato de não demonstrar afeição de nenhuma forma aos temas da política externa, e de ter demonstrado inúmeras vezes que deles não se ocuparia, Rousseff também não deu à diplomacia a autonomia necessária para se ocupar solitária e integralmente da formulação dos movimentos táticos da estratégia de política externa do seu governo, escondendo com a discrição usual o desinteresse da presidenta. Ao contrário, sob Rousseff o Ministério teve o seu orçamento brutalmente comprimido, e conheceu, com toda a intensidade, o inédito sabor do desprestígio junto ao primeiro mandatário. A presidenta negou ao Itamaraty tempo em sua agenda até mesmo para o trivial das funções de um chefe de Estado, e avolumaram-se, ao longo do seu mandato e meio, as crônicas dos diplomatas estrangeiros que esperaram por longuíssimos meses pelas cerimônias de entrega de credenciais. Não há, em toda a história brasileira, similares para as situações impostas por Rousseff ao Itamaraty e à diplomacia. (Lessa, 2017)

Pelas palavras de Lessa, empreende-se um prejuízo da diplomacia presidencial desde 2011, quando da posse de Dilma Rousseff. Coube a Temer a tarefa de recuperar parte dessa política e imagem. Contudo, como escrito, ao menos diante de parte da população brasileira, ele não conta com características que estimulam uma diplomacia presidencial destacada, como alta popularidade e percepção de plena legitimidade. Ainda, Temer não é reconhecido pela simpatia, pelo discurso de entendimento acessível aos cidadãos e pelo carisma – atributos esses percebidos em menor ou maior grau em Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

No primeiro ano e seis meses de governo, houve épocas em que Michel Temer ficou mais dedicado a lidar com a própria defesa perante as denúncias da PGR e tentou evitar compromissos diplomáticos. Pouco antes da cúpula do G20 – grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo – em Hamburgo, na Alemanha, em julho de 2017, o Palácio do Planalto informou que Temer havia cancelado a ida ao encontro. O motivo não foi informado oficialmente, mas a decisão aconteceu devido ao agravamento da crise política (Amaral, 2017).

O anúncio do cancelamento aconteceu na mesma semana em que o presidente foi denunciado pela PGR pela primeira vez. Ele também se tornou alvo de pedidos de impeachment no Congresso Nacional e partidos da base aliada ameaçavam fazer

oposição ao seu governo. Na época, Temer ainda articulava para aprovar as reformas trabalhista e da Previdência, esta última parada por falta de votos desde maio de 2017.

No entanto, cinco dias depois do aviso do cancelamento da viagem, após repercussões negativas, Temer recuou e decidiu ir à cúpula do G20. A vontade do Planalto era mostrar que o governo não estava paralisado por conta da crise política. Como a presença do presidente foi confirmada em cima da hora, não houve tempo hábil de incluí-lo no programa do evento. No documento, entre chefes de Estado e de governo, como chefe da delegação brasileira constava o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Apesar da ida, Temer permaneceu em Hamburgo por somente cerca de 30 horas e antecipou o retorno a Brasília, segundo o jornal Folha de São Paulo (Bercito, 2017). Mesmo tendo dito estar “tranquilíssimo”, faltou à última sessão da cúpula que contou com a presença de líderes mundiais, como os presidentes Donald Trump (Estados Unidos) e Emmanuel Macron (França). O presidente brasileiro também não ficou na cúpula para a emissão do comunicado conjunto.

Já o embarque do peemedebista para a reunião do G20 de 2016 aconteceu horas após a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff pelo Senado e a posse dele como presidente efetivo na tentativa de demonstrar continuidade e estabilidade institucional, de acordo com diplomatas à autora.

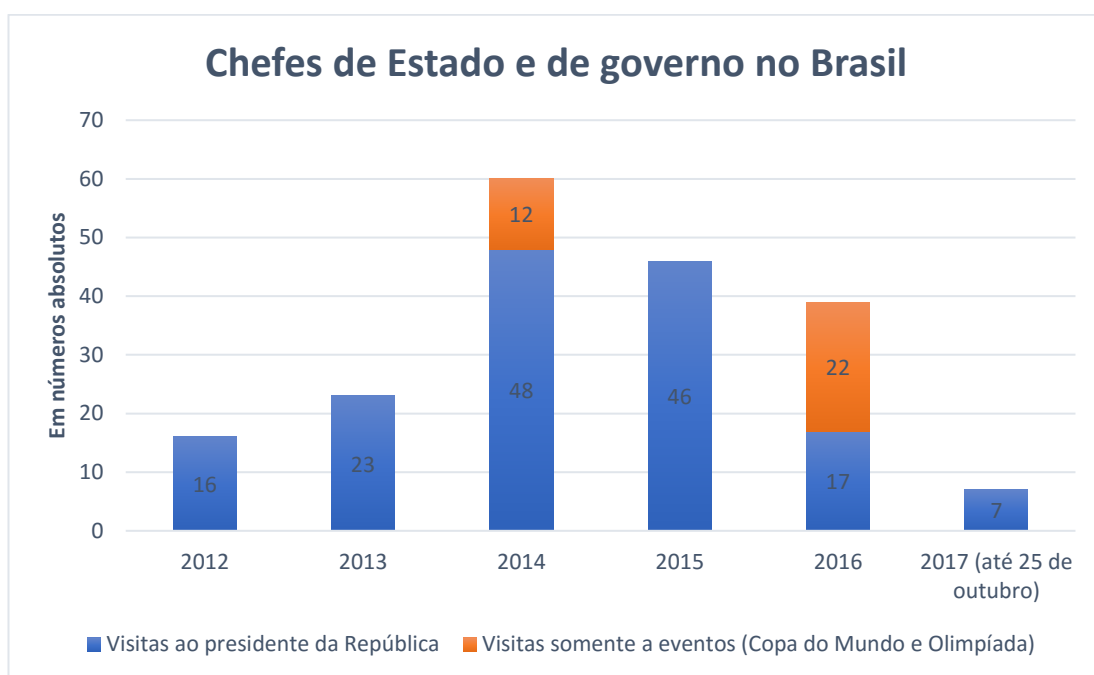
Em reunião do Brics em Xiamen, na China, no início de setembro de 2017, Michel Temer também cogitou antecipar o retorno para Brasília em meio a ameaças de que o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentaria nova denúncia contra ele – a peça foi protocolada naquele mês, mas não com Temer no exterior –, segundo matéria da Reuters. Após o vazamento da ideia na imprensa, voltou atrás. “Depois que disseram que eu vou voltar, não vou voltar não. Vou ficar”, disse Temer na ocasião (Paraguassu, 2017b).

Levantamento com base na agenda oficial de Temer divulgada pelo Palácio do Planalto, entre 21 de setembro de 2017 – quando a segunda peça chegou à Câmara – até 25 de outubro do mesmo ano – data em que foi rejeitada pelos deputados –, mostra que o presidente recebeu pelo menos 148 parlamentares em seu gabinete, fora ministros e governadores, entre outros.

Embora não esteja no escopo do período do governo Temer estudado neste texto, vale destacar que para o início de janeiro de 2018 estava programada uma viagem do presidente da República por países do sudeste asiático – Vietnã, Cingapura, Timor Leste e Indonésia –, mas foi cancelada. Oficialmente, o motivo foi uma recomendação médica para que Temer se recuperasse após procedimentos no sistema urinário. No entanto, a proximidade com a data da votação da reforma da Previdência – então prevista para fevereiro – no plenário da Câmara dos Deputados e a falta dos votos favoráveis à proposta também pesaram na escolha do cancelamento, segundo um assessor de Temer, na condição de anonimato, à autora deste texto.

Um indicador de desprestígio e de como a diplomacia presidencial não anda a todo vapor pode ser a quantidade de visitas de chefes de Estado e de governo que Michel Temer recebeu no Palácio do Planalto. Pence e Tillerson não foram os únicos representantes de importantes governos estrangeiros a ignorar o Brasil em tours pela região desde 2016. A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e os ex-presidentes dos Estados Unidos e da França, Barack Obama e François Hollande, quando no exercício dos mandatos, são alguns deles.

Segundo reportagem da revista *Veja* de junho do ano passado, o número de chefes de Estado e de governo que visitou o Brasil sofreu queda significativa em 2017 se comparado aos cinco anos anteriores. O levantamento original da revista contabilizou as visitas de 2012 até 23 de junho de 2017 – semana anterior à publicação da matéria –, com base nas agendas oficiais da Presidência e em dados do Ministério das Relações Exteriores. Contagem complementar, até 25 de outubro de 2017 – data limite do estudo –, foi elaborada pela autora deste artigo. Confira no gráfico a seguir:



Um fator que pode ter afastado os chefes de países estrangeiros era a incerteza de quem iria ocupar a Presidência brasileira no médio prazo. A preocupação já aparecia nos últimos meses de Dilma Rousseff devido ao processo de impeachment e teria continuado por causa da instabilidade política provocada pelas duas denúncias da PGR contra Michel Temer. Deve-se levar em conta que, para se organizar uma visita oficial de Estado, é preciso meses de planejamento e negociações. Portanto, se não há garantias de que a mesma pessoa continuará no cargo e de que os acordos serão levados adiante, acrescentando-se o fato de o governo Temer ser de transição, é plausível que o interesse em combinar uma visita oficial diminua.

À BBC Brasil (Kresch, 2017), o embaixador israelense em Brasília, Yossi Shelly, falou que Netanyahu não incluiu o Brasil na viagem, porque, quando esta estava sendo planejada, não se sabia se Temer continuaria na Presidência após a votação na Câmara da primeira denúncia contra ele. “No momento em que foi decidido que ele visitaria a América Latina, a agenda política no Brasil era diferente e, quando as coisas se estabilizaram no Brasil, não havia mais tempo para coordenar segurança e a assinatura desses acordos internacionais”, afirmou o embaixador Shelley à reportagem. O cônsul honorário de Israel no Rio de Janeiro manifestou-se no mesmo sentido e disse que a preparação da agenda é feita “com muita antecedência e as

incertezas políticas no Brasil, na época em que foi fechado o roteiro, não permitiu incluir nosso país”.

O ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente no governo Itamar Franco, embaixador Rubens Ricupero, em entrevista à Folha de São Paulo em setembro de 2017, afirmou que “ninguém quer sair na foto com o Brasil”. Ricupero disse que Temer construiu uma política externa independente, mas que esta é indissociável à política interna e à economia. Portanto, a imagem do Brasil no exterior, disse, é de um país tomado pela corrupção, um presidente denunciado por mais de uma vez e ministros investigados (Campos Mello, 2017b).

“Hoje, deve ter muito pouca gente querendo sair na foto com o Temer. Ninguém pode imaginar que o Itamaraty vai alavancar o Brasil se o país não acabar com a corrupção, não voltar a crescer, não combater a miséria”, declarou.

Estamos em um momento de gradual recuperação, tanto da política e da economia, quanto a política externa. Só vamos ter algo mais determinado depois das eleições [de 2018]. Isto é, se a eleição não “der ruim”. Se tivermos um [Jair] Bolsonaro da vida, é hora de fechar a boutique mesmo. (Ricupero in Campos Mello, 2017b)

Embora não concorde com o que julga como ideologização da diplomacia, para ele, o maior prestígio do Brasil foi na época de Luís Inácio Lula da Silva, em 2009, quando o país conquistou grau de investimento e o direito de sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ricupero então disse que o erro foi achar que a percepção externa do país era irreversível e Lula “semeou a destruição de suas conquistas” ao “arruinar as contas públicas” e “aceitar a corrupção”.

Dilma Rousseff, na avaliação de Ricupero, não tinha interesse nem valorizava a política externa: “O Lula, que é muito inteligente, percebeu que a política externa era uma tremenda alavanca, inclusive interna, e usou muito. Ela não soube usar. Diplomacia e política são a mesma coisa, Lula era um grande diplomata”.

No dia seguinte à publicação da entrevista de Ricupero, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República divulgou nota rebatendo as declarações do embaixador. Eis a íntegra:

O ex-embaixador Rubens Ricupero continua fiel à própria lei: esconde o que é ruim e mostra o que é bom à sua autopropaganda. Ele espalha que ninguém quer aparecer na fotografia com o presidente Michel Temer. Aos

fatos: em recente viagem a Nova Iorque, foram várias as audiências pedidas por chefes de Estado, inclusive o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, a quem Ricupero afirma não ter procurado o chefe de governo do Brasil. Consulta ao site da Presidência da República mostrará reunião entre o israelense e o presidente Temer na semana passada. E mais imagens com Narendra Modi (Índia), Donald Trump (EUA), Xi Jinping (China), Shinzo Abe (Japão), Angela Merkel (Alemanha), Wladimir Putin (Rússia) entre outros. Foram várias as visitas de Estado a convite ou pedidos de reunião bilateral ao presidente Temer. O Brasil hoje exerce a liderança do processo de negociação do Mercosul com a União Europeia e com a Aliança do Pacífico. É integrante ativo e relevante do Brics, preside a CPLP. A diplomacia do governo brasileiro prevaleceu em relação a situação da Venezuela, seguindo a tradição do diálogo e do respeito aos fundamentos da Declaração dos Direitos Humanos. Ricupero parece saudoso de uma atuação espalhafatosa, que chamava muita atenção e não rendia frutos concretos. Ricupero se mostra desantestado, escondendo fatos e propagandeando falsidades para justificar suas afinidades eletivas. (Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República in Folha de São Paulo, 2017b)

Em debate em evento em São Paulo em outubro de 2017, dois dias antes da votação da segunda denúncia na Câmara contra Temer, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, foi questionado se a crise política brasileira afetava a política externa. Apesar da resposta crítica do Palácio do Planalto a Ricupero no mês anterior, declarou: “É claro que afeta. Quando você tem incertezas sobre se o presidente vai continuar, é claro que isso afeta” (Taiar, 2017).

Na mesma ocasião, Nunes ressaltou que a política externa brasileira de Temer se pauta em “não fazer grandes piruetas” e falou que, apesar da “instabilidade política”, o Brasil tem “estabilidade institucional”. Ele defendeu o respeito à Constituição nos casos de impeachment de Dilma e Fernando Collor de Mello, atual senador do PTC por Alagoas, e citou a operação Lava Jato como “atestado de que o país busca seriedade na sua vida institucional”.

No entanto, também disse que a Lava Jato traz implicações políticas e jurídicas, além de problemas para empresas nacionais. Para ilustrar, citou obras da Odebrecht em Angola, cujo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está parado até a finalização do acordo de leniência da empreiteira.

Outros embaixadores e ex-ministros que também comentaram na imprensa a política externa sob Temer incluem Rubens Barbosa, Celso Lafer (ministro das Relações Exteriores nos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, além de ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do último) e

Celso Amorim (ministro das Relações Exteriores no governo Luiz Inácio Lula da Silva e ministro da Defesa no governo Dilma Rousseff).

Em artigo ao jornal O Estado de São Paulo em fevereiro de 2017, antes do agravamento da crise política com as denúncias contra Temer, Barbosa (2017a) elogiou o fim do que chama de ideologia na formulação e execução de prioridades externas, o fortalecimento do Itamaraty como ministério, as negociações do Mercosul e a suspensão da Venezuela do bloco, entre outros aspectos. “O perfil baixo, como é tradição no Itamaraty, pode dar a impressão de que pouco tem sido feito, mas uma primeira avaliação registra avanços em relação aos últimos 15 anos na atuação externa”, escreveu, acrescentando que “muito ainda está por ser feito” para o Brasil responder melhor às transformações do sistema internacional.

Em texto opinativo ao mesmo jornal em junho de 2017, portanto após a apresentação da primeira peça da PGR contra o presidente da República, Barbosa (2017b) disse não haver “dúvida de que a crise política e o temor de denúncias da Lava Jato têm afetado o funcionamento normal da administração pública”, mas que isso não diminuía os feitos da equipe de Temer no Itamaraty no então primeiro ano e um mês de governo. “Qualquer que seja o futuro do presidente Michel Temer, a defesa do interesse nacional exige que não haja descontinuidade na agenda da atual política externa, que busca retomar sua voz independente e voltar a projetar suas prioridades”, defendeu.

Entre fortes críticas mútuas à atuação diplomática dos governos em que cada um serviu como ministro em entrevistas ao UOL em fevereiro e março de 2018, Celso Lafer e Celso Amorim esperam que o Brasil volte a ter maior projeção a partir do próximo presidente da República (Azevedo, 2018a, 2018b)

“O próprio governo Fernando Henrique foi melhor em política externa do que essa que está sendo feita agora. Agora, é lamentável [...] É uma coisa muito simples: o que a gente tem que fazer é voltar a ter uma política externa ativa e altiva”, falou Amorim.

Lafer é menos crítico ao governo Temer. Ele elogiou avanços para fechar o acordo entre Mercosul e União Europeia e a escolha dos ministros Serra e Nunes por terem experiência na área, mas reconheceu que a crise política e econômica interna não permitem uma diplomacia mais ousada.

Em resumo, acho que [a política externa atual] é positiva, não é exuberante, porque as condições internas não permitem essa exuberância. Ela procura colocar o Brasil no âmbito dos investimentos e no jogo da economia mundial e lida com seus passivos. [...] Temos tido altos e baixos e o que parecia ser um caminho ascensional teve uma diminuição nos últimos anos. Com isso me refiro ao governo da Dilma e à última administração do Lula e também às dificuldades que o governo Temer enfrenta. E todo esse tema da corrupção, que não é um tema exclusivamente brasileiro, mas mexe com a nossa reputação. Então, depende de como você olha o copo: se ele está metade cheio ou metade vazio. Os pessimistas vão dizer que ele está mais para vazio; os otimistas, que ele está meio cheio e temos condições de transformar esses ativos nossos em algo ainda mais importante do que aquilo que hoje está ocorrendo. É o que eu sugeriria que um governo eleito agora fizesse com seriedade e consistência. (Lafer, 2018)

Em maio de 2017, uma crítica ferrenha à política externa brasileira partiu de dentro do próprio Palácio do Planalto, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos. O documento “Brasil, um país em busca de uma grande estratégia”, escrito e publicado pela secretaria, tece críticas à política externa brasileira desde o governo Fernando Henrique Cardoso. O texto afirma que “o período entre 2011 e 2016 foi marcado pela perda de projeção internacional do Brasil” e que o fato pode ser, em boa parte, creditado à falta de engajamento de Dilma Rousseff na área. Contudo, analisa, além de considerar os governos anteriores, não se pode permitir uma “complacência impropriedade” perante o governo de Michel Temer.

Para os autores do documento, o secretário especial de Assuntos Estratégicos, Hussein Kalout, e o secretário especial adjunto, Marcos Degaut, Temer estava mais preocupado em promover uma diplomacia voltada a legitimar sua ascensão à Presidência e a recuperar a confiança do mercado estrangeiro.

Ao que parece, o governo do Presidente Michel Temer decidiu concentrar esforços numa espécie de diplomacia presidencial voltada, precipuamente, para consolidar a legitimidade da nova administração e tranquilizar investidores internacionais. Esse ativismo diplomático inicial se reveste de caráter legítimo e justificável, à luz da herança recebida e dos desafios enfrentados. Entretanto, será também inegável que se trata de uma agenda pontual e conjuntural, que ainda não integra um projeto de política exterior estratégico e coerente. E o maior desafio em formular tal projeto está em uma mais adequada definição dos objetivos de longo prazo que o país se propõe alcançar. (Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2017)

Kalout e Degaut falam que, àquela altura – um ano após Temer assumir como interino –, ainda não era possível perceber a visão de longo prazo na política externa.

Eles apontaram afastamento de investidores, insegurança jurídica, tensionamento na relação com potenciais parceiros, retração de fluxos comerciais e diminuição do espaço da ação diplomática como possíveis consequências.

A repercussão foi imediata. O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, tratou de classificar a análise como uma “bobagem” que não refletia o pensamento do governo Temer. “A política externa brasileira tem um objetivo permanente, que não está preso a essa conjuntura”, falou (Fleck, 2017b).

O embaixador e ex-ministro da pasta Celso Lafer considerou ser “razoável” que Temer tenha buscado a legitimação do governo após o impeachment de Dilma Rousseff e disse que, “no geral, o documento é muito vago” (Gielow, 2017). O embaixador Rubens Barbosa afirmou ser “lamentável” a “crítica desfocada” e que a Secretaria de Assuntos Estratégicos “defende uma grande estratégia, que nem ela própria sabe qual é”.

Em artigo publicado no Poder 360 em 2017, o ex-líder do PT na Câmara dos Deputados, deputado federal Carlos Zarattini (SP) – de oposição política ao governo de Michel Temer –, informou acreditar que as denúncias contra o presidente contribuem para “fragilizar ainda mais nossa política externa e a imagem do país no exterior” e lembrou os líderes mundiais que excluíram o Brasil em viagens pela América Latina.

Entre outras críticas, disse que a política externa brasileira ficou “omissa e submissa destinada a atender interesses estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos”. Sobre a atitude do governo do peemedebista perante a Venezuela, afirmou que “Temer parece ter predileção pelo patrocínio de ações para causar retrocessos na América do Sul, assumindo uma campanha da direita contra a esquerda no subcontinente”.

Outro fator que pode ter afetado o interesse de outros países no Brasil e a capacidade de articulação do governo Michel Temer na política externa é a queda no preço das commodities – matérias primas ou produtos com baixo valor agregado.

De acordo com dados disponíveis no portal do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, US\$ 101,06 bilhões dos US\$ 217,74 bilhões exportados pelo Brasil em 2017 foram de produtos básicos. As cinco mercadorias do tipo mais

vendidos ao exterior foram soja triturada, minérios de ferro e seus concentrados, óleos brutos de petróleo, farelo e resíduos da extração de óleo de soja e café cru em grãos.

O preço das commodities sofreu fortes quedas em 2014 e 2015 – mesma época em que se deu a desaceleração da economia da China e este país decidiu se voltar mais ao consumo do próprio mercado interno. Na economia, a China pode ser visualizada como parceira para a realização de investimentos de interesse à indústria brasileira, como mineração, infraestrutura, energia, transportes. Por outro lado, o país asiático pode vir a ser fonte de problemas se o Brasil permanecer com um comércio considerado periférico à base de produtos primários e agrícolas. A diminuição do crescimento econômico chinês tem levado à diminuição do superávit comercial do Brasil, que pode virar déficit nos próximos anos e, então um déficit estrutural.

Apenas a partir de 2016 é que houve certa estabilidade no preço dos produtos brutos ou de baixo valor agregado. A sequência histórica de pontos do principal índice de commodity mundial, o CRB Thomson Reuters/CoreCommodity, no gráfico a seguir – extraído do portal da Thomson Reuters em 9 de março de 2018 – mostra a retração ocorrida.



Nesse período, a economia brasileira foi afetada e retraiu no que o governo Temer chama de “pior recessão da história” do país. Após dois anos consecutivos de recessão, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1% em 2017 e foi de R\$ 6,6 trilhões em valores correntes, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º março de 2018 (Silveira e Gazzoni, 2018).

Em 2016, a retração havia sido de 3,6% (R\$ 6,2 trilhões) em relação a 2015, que, por sua vez, havia retraído 3,8% (R\$ 5,9 trilhões) em comparação com 2014 (R\$ 5,7 trilhões).

Levando-se em conta que o Brasil, assim como outras nações sul-americanas, é um grande exportador de produtos que tiveram os preços minguados ao longo dos últimos anos, torna-se plausível que os governantes de países importadores deles diminuam o interesse em manter uma relação tão próxima. Portanto, outras regiões do globo em ritmo acelerado de crescimento podem vir a ser mais atraentes, como o Sudeste Asiático, para onde o próprio Temer viajaria em janeiro de 2018.

Considerações finais

Após os fatos descritos e as ponderações feitas ao longo deste texto, pode-se dizer que o governo Michel Temer procurou manter a política externa na linha histórica exercida pelo Itamaraty e divulgar uma imagem de estabilidade e avanços internos do Brasil no exterior – especialmente com a defesa das reformas propostas, como a trabalhista, do ensino médio, da Previdência e o teto de gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Contudo, não há como negar que a política externa foi, em parte, prejudicada pela crise política interna no país durante o primeiro ano e seis meses do governo Temer. Após o impeachment de Dilma Rousseff, o peemedebista enfrentou críticas de alguns mandatários, como Evo Morales e Nicolás Maduro, e desconfiança de outros que, se não falaram abertamente sobre sua ascensão à Presidência, preferiram se manter mais afastados e esperar o desfecho das denúncias de corrupção.

Com baixos índices de aprovação e sem a aceitação de parcela da população brasileira, é plausível que Michel Temer não tenha sido um presidente assediado e recebido apoio enfático de colegas. A diplomacia presidencial ficou enfraquecida se comparada com as épocas de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e se perdeu um tempo, ao menos nos quatro meses e meio de interinidade, que eventualmente poderia ter sido melhor aproveitado em condições políticas normais.

Por ser um governo de transição, teve de se esperar as equipes se reorganizarem, a gestão começar a funcionar plenamente, delinear a política externa e

mostrar sinais de estabilidade. Isso porque um país só irá negociar com outro se souber com quem está lidando e se tiver garantia de que um acordo não será interrompido de forma abrupta dependendo das condições internas de seu parceiro. Sendo o governo Temer de curto prazo, é factível que o interesse no Brasil tenha diminuído.

Quando parecia que as críticas mais enfáticas contra o impeachment haviam abrandado e o governo Temer conseguia impor medidas pretendidas, em maio de 2017, foi revelado o conteúdo das delações premiadas dos executivos e ex-executivos do grupo J&F junto ao Ministério Público Federal. Depois de período de crise política profunda em que se cogitou até mesmo a renúncia de Temer, as duas denúncias da PGR foram apresentadas – a segunda após a rejeição da primeira pelos deputados, fazendo com que a crise interna se prolongasse e tomasse conta do noticiário nacional. Para não sucumbir diante da Câmara, o presidente teve de se voltar à base aliada, às questões do governo e às políticas domésticas para demonstrar que o Planalto não estava paralisado.

A tendência é de que a crise política interna seja amenizada apenas a partir de 2019 com a posse de um presidente com quatro anos de governo pela frente e cuja legitimidade não seja questionada por parte da sociedade brasileira. O caminho da política externa depende do perfil da pessoa a ser eleita.

Além da conjuntura política, o governo Temer enfrentou uma recessão econômica quando assumiu em 2016. Com a economia a passos mais lentos, entende-se que o interesse de terceiros em se manter próximo ao país visando negócios em comum e investimentos tende a cair. Somente depois do trabalho contínuo para a queda da inflação, entre outros índices, é que a economia volta a dar sinais de geração de emprego e de abertura de novas oportunidades – resultado discretamente refletido no PIB de 2017 já citado. Isso posto, conclui-se, quanto a esse aspecto, que o fato de o Itamaraty ter se voltado para acordos comerciais tem sentido prático.

Não se pode negar que houve avanços, como o pedido de entrada do Brasil na OCDE e a intensificação das negociações para selar o acordo entre Mercosul e União Europeia. Este último é tratado há quase 20 anos, mas, em público, as dificuldades entre as partes parecem estar diminuindo. De acordo com o posicionamento político-econômico do leitor, se mais liberal, a abertura do mercado brasileiro aos estrangeiros

e as concessões por meio do PPI também podem ser vistos como avanços nas negociações internacionais.

Referências

AFFONSO, Julia; VASSALLO, Luiz; MACEDO, Fausto. Rosa arquiva inquérito contra Serra na Lava Jato. O Estado de São Paulo: março de 2018. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/rosa-arquiva-inquerito-contra-serra-na-lava-jato>>. Acesso em: 09 de março de 2018.

AMARAL, Luciana. Devido à crise política, Temer cancela ida à reunião do G20 na Alemanha. UOL: junho de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/06/28/devido-a-crise-politica-temer-cancela-ida-a-reuniao-do-g20-na-alemanha.htm>>. Acesso em: 07 de março de 2018.

_____, Luciana. Após intervenção, aprovação do governo Temer fica em 4,3%, diz CNT/MDA. UOL: março de 2018. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2018/noticias/2018/03/06/apos-intervencao-aprovacao-do-governo-temer-ficam-em-43-diz-cntmda.htm>>. Acesso em: 07 de março de 2018.

AZEVEDO, Guilherme. Plano de Lula por vaga no Conselho de Segurança da ONU não se baseou na realidade, diz Celso Lafer. UOL: fevereiro de 2018a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/02/28/plano-de-lula-por-assento-no-conselho-de-seguranca-da-onu-nao-se-baseou-na-realidade-diz-ex-chanceler-de-fhc.htm>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

_____, Guilherme. Brasil sofria de 'nanomania', de se achar menor do que é, diz ex-chanceler Celso Amorim. UOL: março de 2018b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/03/01/brasil-sofria-de-nanomania-de-se-achar-menor-que-e-diz-ex-chanceler-celso-amorim.htm>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

BARBOSA, Rubens. A política externa do governo Temer. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. A2, 14 fev. 2017a.

_____, Rubens. A política externa e a crise política. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. A2, 13 jun. 2017b.

BERCITO, Diogo. Com crise política, Temer deixa cúpula do G20 antes do fim. Folha de São Paulo: julho de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/07/1899571-com-crise-politica-temer-deixa-cupula-do-g20-antes-do-fim.shtml>>. Acesso em: 07 de março de 2018.

BORGES, André. Itamaraty não tem previsão de enviar outro embaixador à Venezuela. O Estado de São Paulo: dezembro de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/12/24/itamaraty-nao-tem-previsao-de-enviar-outro-embaixador-a-venezuela.htm>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2018.

CAMPOS MELLO, Patrícia. 'Ninguém quer sair na foto com o Brasil', diz Ricupero, que lança livro. Folha de São Paulo: setembro de 2017b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1921639-ninguem-quer-sair-na-foto-com-o-brasil-diz-ricupero-que-lanca-livro.shtml>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

_____, Patrícia. Brasil retalia e anuncia expulsão de representante da Venezuela. Folha de São Paulo: dezembro de 2017a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1946208-brasil-declara-representante-diplomatico-da-venezuela-persona-non-grata.shtml>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da política externa do Brasil. 4. ed. rev. Ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

COLOMBO, Sylvia. Na Argentina, vice dos EUA elogia Macri e pede ação contra Venezuela. Folha de São Paulo: agosto de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1910049-na-argentina-vice-dos-eua-elogia-macri-e-pede-acao-contra-venezuela.shtml>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

COLUMBUS, Theodore. Introduction to international relations, cap. 1: units and levels of analysis. Prentice Hall: 1989.

DANESE, Sérgio. Diplomacia presidencial, história e crítica. 2. ed. rev. Brasília: Funag, 2017.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Tout empire périra. Une vision théorique des relations internationales. Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

FLECK, Isabel. Crítica à política externa em documento oficial 'é bobagem', diz Aloysio. Folha de São Paulo: junho de 2017b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1889362-documento-oficial-que-critica-politica-externa-e-bobagem-diz-alloysio.shtml>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

_____, Isabel. Brasil não pode mediar diálogo na Venezuela por ter lado, diz Aloysio. Folha de São Paulo: setembro de 2017a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1920720-brasil-nao-pode-mediardialogo-na-venezuela-por-ter-lado-diz-alloysio.shtml>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Fachin autoriza inquérito contra Serra por suspeita de doações irregulares. Folha de São Paulo: abril de 2017a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874776-fachin-autoriza-inquerito-contra-serra-por-suspeita-de-doacoes-irregulares.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

_____. Governo Temer reage a críticas e diz que Ricupero está 'desantenido'. Folha de São Paulo: setembro de 2017b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1921889-em-nota-planalto-atacaricupero-e-o-chama-de-desantenido.shtml>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

FRIAS, Maria Cristina; COELHO, Luciana. Em Davos, Temer vende reformas e promete estabilidade após eleição. Folha de São Paulo: janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1952924-em-davos-temer-vende-reformas-e-promete-estabilidade-apos-eleicao.shtml>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

G1. Mercosul aciona 'cláusula democrática' contra a Venezuela. G1 Mundo: abril de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-aponta-ruptura-democratica-na-venezuela-e-pede-separacao-de-poderes.ghtml>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

__. Temer diz que acordo entre Mercosul e União Europeia será fechado 'em definitivo'. G1 Política: março de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-diz-que-acordo-entre-mercosul-e-uniao-europeia-sera-fechado-em-definitivo.ghtml>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

GIELOW, Igor. Para Lafer, é "razoável" que Itamaraty sob Temer mire legitimar o governo. Folha de São Paulo: junho de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1889780-para-lafer-e-razoavel-que-itamaraty-sob-temer-mire-legitimar-o-governo.shtml>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

GRUPO DE LIMA. Declaração de Lima. Ministério das Relações Exteriores: agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

HERMIDA, Xosé. Mercosul impõe sanção política à Venezuela para isolar Maduro. El País: agosto de 2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/politica/1501947965_233058.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

KALOUT, Hussein.; DEGAUT, Marcos. Brasil, um País em busca de uma Grande Estratégia. Relatório de Conjuntura da SAE nº1, Brasília: Secretaria-Geral da Presidência, 2017.

KRESCH, Daniela. Após evitar Brasil em visita à América do Sul, premiê de Israel deve encontrar Temer em NY. BBC Brasil: setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41232525>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

LESSA, Antônio. A política externa brasileira no ciclo do Partido dos Trabalhadores - continuidades, inovações e retrocessos (2003-2016). Revista Política. Brasília: Ed. JFM, n.5, p.6-23, 2017.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MOREIRA, Assis. Temer afirma que governo está engajado em promover reformas. Valor Econômico: setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5105278/temer-afirma-que-governo-esta-engajado-em-promover-reformas>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

NETTO, Andrei. Temer foi o único dos representantes dos Brics a não ser recebido por Putin em Goa, na Índia. O Estado de São Paulo: outubro de 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-foi-o-unico-dos-representantes-dos-brics-a-nao-ser-recebido-por-putin-em-go-a-na-india,10000082946>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

NUBLAT, Johanna. Ninguém visita o presidente. Revista Veja. ed. 2536, ano 50, n. 26, pp. 52-53, jun. 2017.

NUNES, Aloysio. Discurso do ministro Aloysio Nunes por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores – Brasília, 7 de março de 2017. Ministério das Relações Exteriores: março de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/15828-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloycio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>> Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

PARAGUASSU, Lisandra. Embaixador da Venezuela falta à cerimônia de entrega de credenciais pela segunda vez. Reuters: junho de 2016. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN0Z92AS>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

_____, Lisandra. Temer desiste de antecipar volta ao Brasil. Reuters: setembro de 2017b. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1BD0OL-OBRTTP>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

_____, Lisandra. Aloysio Nunes diz que é possível haver acordo Mercosul-UE até final do ano. Reuters: novembro de 2017a. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN1DA229-OBRWD>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis. Revista de Sociologia e Política. Vol. 18, n. 36, pp. 147-174, jun. 2010.

RENOUVIN, Pierre. (Org.) Histoire des relations internationales. Paris: Hachette, 1994.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SARAIVA, José. História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SERRA, José. Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores – Brasília, 18 de maio de 2016. Ministério das Relações Exteriores: maio de 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado>>

das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

SILVEIRA, Daniel; GAZZONI, Marina. PIB brasileiro cresce 1,0% em 2017, após 2 anos de retração. G1 Economia: março de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-cresce-10-em-2017-apos-2-anos-de-retracao.ghtml>>. Acesso em: 08 de março de 2018.

TAIAR, Estevão. Crise brasileira afeta política externa do país, diz Aloysio Nunes. Valor Econômico: outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5165834/crise-brasileira-afeta-politica-externa-do-pais-diz-aloysio-nunes>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

TEMER, Michel. Discurso do presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de formatura de duas turmas do Instituto Rio Branco. Portal do Planalto: abril de 2017. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-formatura-de-duas-turmas-do-instituto-rio-branco-brasilia-df>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

_____, Michel. Entrevista exclusiva concedida pelo presidente da República, Michel Temer, à Rádio Guaíba. Portal do Planalto: fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/entrevistas/entrevistas-concedidas-pelo-presidente-michel-temer/entrevista-exclusiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-michel-temer-a-radio-guaiba>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

THOMSON REUTERS. CRB Thomson Reuters/CoreCommodity. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/quote/CRY:IND>>. Acesso em: 09 de março de 2018.

ZARATTINI, Carlos. Temer desmonta política externa e põe Brasil na periferia do mundo. Poder 360: julho de 2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opinioao/governo/temer-desmonta-politica-externa-e-poe-brasil-na-periferia-do-mundo/>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.